



CÂMARA MUNICIPAL DE
ANCHIETA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PARECER LEGISLATIVO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ref.: Projeto de Lei nº 72/2025

Ementa: Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2026-2029.

RELATÓRIO

De autoria do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Anchieta, o Projeto de Lei nº 72/2025 institui o Plano Plurianual – PPA do Município de Anchieta, estabelecendo, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Municipal para o período de 2026 a 2029.

O Projeto foi regularmente protocolizado na Secretaria da Câmara Municipal, recebeu juízo de admissibilidade da Presidência, foi lido em Plenário e, em razão de sua natureza e relevância para o planejamento governamental, foi encaminhado às Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças e Orçamento.

Considerando a identidade de matéria e nos termos do art. 72-A do Regimento Interno da Câmara Municipal de Anchieta, as Comissões deliberam pela emissão de PARECER CONJUNTO.

É o relatório.



CÂMARA MUNICIPAL DE
ANCHIETA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANÁLISE

I – Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

Sob o aspecto constitucional e legal, o Projeto de Lei que institui o Plano Plurianual encontra amparo nos arts. 165, inciso I, e § 1º, da Constituição Federal, bem como na Lei Orgânica do Município de Anchieta, que atribuem ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa das leis que disponham sobre o planejamento governamental.

O Plano Plurianual é o instrumento que define as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública, orientando a elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias e das Leis Orçamentárias Anuais, assegurando a continuidade das políticas públicas e o alinhamento das ações governamentais ao interesse coletivo.

Verifica-se que o projeto observa os princípios da legalidade, planejamento, transparência, publicidade e eficiência, não contendo disposições estranhas à sua finalidade constitucional, nem afronta às normas regimentais desta Casa Legislativa.

Assim, do ponto de vista jurídico-formal, não se identificam vícios de constitucionalidade, ilegalidade ou inadequação regimental, encontrando-se a matéria apta à regular tramitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE
ANCHIETA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

II – Comissão de Finanças e Orçamento

No âmbito orçamentário e financeiro, o Plano Plurianual apresentado atende às disposições da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente no que tange ao planejamento de médio prazo e à compatibilização das ações governamentais com a capacidade financeira do Município.

O PPA estabelece programas, ações, objetivos e metas, permitindo a adequada vinculação com as futuras Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Leis Orçamentárias Anuais (LOA), garantindo coerência, equilíbrio e racionalidade na alocação dos recursos públicos.

Observa-se, ainda, que a proposição respeita os princípios do equilíbrio fiscal, da responsabilidade na gestão pública e da transparência, constituindo instrumento essencial para o acompanhamento e controle das políticas públicas pelo Poder Legislativo e pela sociedade.

Dessa forma, sob a ótica financeira e orçamentária, não há óbices ao prosseguimento da matéria, estando o Projeto de Lei em consonância com as normas vigentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONCLUSÃO

Diante do exposto, as Comissões de Finanças e Orçamento e de Legislação, Justiça e Redação Final manifestam-se favoravelmente à regular tramitação do Projeto de Lei nº 72/2025, que institui o Plano Plurianual do Município de Anchieta, por atender aos requisitos constitucionais, legais, regimentais e financeiros, ficando a deliberação final a cargo do soberano Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer conjunto.

Anchieta/ES, 16 de dezembro de 2025.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Relator: João Orlando da Silva Simões

Acompanham o voto do Relator:

Presidente: Rodrigo Adolfo Semedo

Membro: Wesley Ernesto Francisco de Jesus

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Relator: Adison Mendes Quinteiro

Acompanham o voto do Relator:

Presidente: João Orlando da Silva Simões

Membro: Jocarly Fernandes



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://anchieta.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 350034003100350035003A005000

Assinado eletronicamente por **João Orlando** em 17/12/2025 11:09

Checksum: **2CFFF1D813551EBBCE452B6EFB0FD274DF0903820A21E60BC63F05C167532493**

Assinado eletronicamente por **Wesley de Celém** em 17/12/2025 13:02

Checksum: **B86C4AD8041C0874AE4BAF28825D35E01AF512FD01064C4F03BBF2E63568E5BD**

Assinado eletronicamente por **Juninho do Interior** em 17/12/2025 13:17

Checksum: **E5F57DF0F24E4D40C4D234896ED9B78F87290DC0B3428F4D672386C758418B22**

Assinado eletronicamente por **Rodrigo Semedo** em 17/12/2025 14:56

Checksum: **F178125FA59F6678BF4348F9F472A16492D799833D461525984B9F7C0C3BBF72**

Assinado eletronicamente por **Dr. Adison Quinteiro** em 17/12/2025 15:28

Checksum: **41FF6709E28201234A7D4DBEC9F99BAE633A06D29EA72B90317DC42D4EA3FF3**

